

Apresentação

Bruno Feraz Bartel

Universidade Federal do Piauí - UFPI

<https://orcid.org/0000-0003-4788-0204>

brunodzk@yahoo.com.br

As Ciências Sociais têm sido crescentemente confrontadas com um desafio fundamental: compreender como diferentes formas de existência produzem sentidos, pertencimentos e modos de vida em contextos marcados pela expansão de dispositivos institucionais de regulação social. Em diferentes escalas e domínios, o Estado, o direito, as políticas públicas, os sistemas educacionais e os mecanismos de reconhecimento jurídico têm operado por meio de categorias universalizantes que buscam ordenar a diversidade segundo critérios de inteligibilidade, governabilidade e administração.

Entretanto, a experiência empírica tem demonstrado que tais categorias jamais conseguem abarcar plenamente a complexidade das formas concretas de existência. Povos indígenas, comunidades quilombolas, sujeitos racializados, populações periféricas e antagonismos de gênero constituem coletivos que frequentemente desafiam os limites das classificações institucionais, produzindo formas próprias de pertencimento, conhecimento, memória e territorialidade. Nesse sentido, a produção da diferença se apresenta como uma condição constitutiva da vida.

Os artigos reunidos no dossiê dialogam precisamente com essa problemática ao explorar as múltiplas relações entre busca por reconhecimento e processos de subjetivação. Embora abordem objetos distintos, compartilham uma preocupação comum: compreender como sujeitos e coletividades

negociam, tensionam ou resistem às formas institucionais de classificação que procuram definir quem pode ser reconhecido, protegido, representado ou incluído. Em diferentes contextos, os textos revelam que o reconhecimento não constitui um procedimento meramente administrativo ou jurídico, mas um processo político permeado por disputas simbólicas e históricas.

Do ponto de vista teórico, os trabalhos aqui reunidos aproximam-se de um amplo campo de debates que articula teorias do reconhecimento, perspectivas feministas, antropologias da infância e reflexões críticas sobre o Estado moderno. Em comum, encontram-se questionamentos dirigidos às pretensões universalizantes da modernidade¹, especialmente àquelas associadas ao Estado-nação, à cidadania homogênea, à racionalidade jurídica e aos dispositivos contemporâneos de governamentalidade. Mais do que denunciar processos de exclusão, os autores evidenciam a capacidade criativa dos sujeitos na produção de alternativas, reinterpretações e formas de resistência.

A relevância deste debate torna-se ainda mais evidente no contexto latino-americano, marcado por profundas desigualdades sociais, heranças coloniais persistentes e disputas em torno da legitimidade de diferentes formas de conhecimento e organização coletiva. Nessa conjuntura, a ciência antropológica oferece instrumentos privilegiados para compreender não apenas os mecanismos de poder que produzem hierarquias, mas também os modos pelos quais grupos historicamente marginalizados elaboram projetos próprios de existência e reivindicam espaços de autonomia.

Assim, este dossiê propõe uma reflexão sobre os limites dos modelos universalizantes de reconhecimento e sobre a necessidade de construir perspectivas analíticas capazes de acolher a pluralidade de experiências que compõem o mundo social. Mais do que uma coleção de estudos sobre grupos específicos, os textos aqui reunidos constituem um convite a repensar as relações entre poder e diferença, reafirmando a centralidade da disciplina antropológica na compreensão dos desafios éticos, políticos e epistemológicos do presente.

¹ Latour (1994) analisa criticamente a trajetória ideológica da chamada “razão ocidental”, destacando o caráter ilusório da narrativa moderna ao argumentar que seus pressupostos nunca se realizaram de forma plena, nem mesmo no interior do que convencionalmente se denomina “Ocidente”. A partir dessa perspectiva, compreendo a modernidade como um discurso-projeto que busca institucionalizar um conjunto de princípios e valores historicamente situados, frequentemente heterogêneos, tensionados entre si e permanentemente reconfigurados em diferentes contextos sociais e políticos (Asad, 2003).

Abrindo o dossiê, Liziany Muller e Marco Aurélio da Silva, em *Entre vitimização e agência: uso da força, reconhecimento jurídico e produção de subjetividades femininas na contemporaneidade*, problematizam a centralidade da categoria de vítima na produção das subjetividades femininas nos campos jurídico e político. Os autores demonstram que, embora fundamental para a visibilização das violências em foco, a noção de vitimização pode restringir o reconhecimento da agência das mulheres, especialmente em situações que envolvem práticas de resistência e uso da força. O artigo propõe uma reflexão crítica sobre os limites dos enquadramentos normativos e sobre a necessidade de construir formas mais plurais de justiça e reconhecimento.

Na sequência, Marco Aurélio da Silva, em *Sexualidade, gênero e políticas públicas: abordagens socioantropológicas e interseccionais a partir da América Latina*, analisa as políticas públicas de gênero e sexualidade a partir de uma perspectiva interseccional e decolonial. O autor evidencia como tais políticas operam simultaneamente como mecanismos de garantia de direitos e dispositivos de regulação das subjetividades. Ao enfatizar experiências dissidentes produzidas no contexto latino-americano, o artigo contribui para o debate sobre a construção de políticas públicas mais inclusivas, sensíveis às diferenças e comprometidas com a justiça social.

Em *Revisitando memórias com crianças quilombolas: reflexões, aprendizagens e práticas de campo*, Lorena Veras Mendes e Raimundo Nonato Ferreira do Nascimento revisitam experiências etnográficas desenvolvidas junto a crianças quilombolas da comunidade Imbiral Cabeça-Branca, na Baixada Ocidental Maranhense. A partir das memórias de campo, dos desenhos e das narrativas produzidas pelas próprias crianças, os autores demonstram o papel da infância na produção, circulação e transmissão de conhecimentos territoriais. O texto contribui para os debates da antropologia da infância ao destacar as crianças como sujeitos centrais nos processos educativos e na continuidade dos saberes quilombolas.

Já José Felipe Rodrigues da Costa e Rayme Tiago Rodrigues Costa, em *Etnicidade, Nação e o Paradoxo da Cidadania: Povos Indígenas e a Imposição do Estado Brasileiro*, desenvolvem uma análise crítica da formação da identidade nacional brasileira e de seus efeitos sobre os povos indígenas. Os autores discutem as contradições entre a lógica universalizante do Estado-nação e as formas indígenas de pertencimento político e territorial, defendendo a etnicidade como fundamento de resistência e autonomia. Ao problematizar os limites da cidadania moderna e discutir alternativas

como a plurinacionalidade, o artigo amplia os debates sobre colonialidade, autodeterminação e reconhecimento da diversidade sociopolítica.

Por fim, Mônica Prates Conrado, em *O meu sonho era “fazer uma faculdade”*: das primeiras leituras de mundo à docência universitária, apresenta um memorial acadêmico construído em formato ensaístico, no qual articula memória, trajetória intelectual e experiência vivida. A autora reflete sobre os impactos do racismo, do sexismo e das hierarquias sociais na constituição de sua trajetória como mulher negra e docente universitária, produzindo uma análise crítica dos mecanismos de silenciamento e exclusão que perpassam o espaço acadêmico. Ao mesmo tempo, evidencia o papel da memória como fonte legítima de produção do conhecimento.

Referências

ASAD, Talal. *Formations of the Secular: Christianity, Islam, Modernity*. Stanford: Stanford University Press, 2003.

LATOUR, Bruno. *Jamais fomos modernos: ensaio de Antropologia simétrica*. Rio de Janeiro: Ed.34, 1994.